Regras Gerais das Prestações do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN

Introdução

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) constitui a espinha dorsal do sistema de proteção social brasileiro, abrangendo a maioria dos trabalhadores do setor privado. Sua principal função é garantir meios de subsistência nos eventos da vida que impossibilitam ou dificultam a continuidade da atividade laboral e da obtenção de renda. A complexidade da legislação previdenciária, constantemente impactada por reformas e alterações normativas, torna fundamental a compreensão aprofundada das regras gerais que regem a concessão e a manutenção dessas prestações. Quais são as regras gerais que fundamentam a concessão e a manutenção das diversas prestações oferecidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, considerando as principais categorias de benefícios e os aspectos normativos que as interligam? Este estudo visa analisar de forma abrangente as diretrizes fundamentais que permeiam as diversas modalidades de benefícios oferecidos pelo RGPS.

Objetivo

Analisar as regras gerais que regem as prestações do RGPS, identificando os princípios, os requisitos comuns e as diretrizes fundamentais que permeiam a concessão e a manutenção dos diversos benefícios previdenciários. • Identificar as principais categorias de prestações oferecidas pelo RGPS (aposentadorias, benefícios por incapacidade, pensão por morte, salário-família e auxílio-reclusão).

Material e Métodos

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Legislação Previdenciária: Constituição Federal, Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91 (e suas alterações), Decretos nº 3.048/99 e nº 10.410/20, Instruções Normativas do INSS e outras normas correlatas. Decisões relevantes dos Tribunais Superiores (STF e STJ) e dos Tribunais Regionais Federais sobre temas relacionados às regras gerais das prestações do RGPS.

Resultados e Discussão

Esta pesquisa revela um panorama claro e abrangente das regras gerais que estruturam o sistema de prestações do RGPS. Os resultados detalham os requisitos comuns, como a necessidade de filiação ao sistema, o cumprimento de períodos de carência (quando exigidos) e a manutenção da qualidade de segurado. A análise dos critérios de cálculo evidencia a importância do histórico contributivo e dos salários de contribuição para a

determinação do valor dos benefícios.
A interligação entre as diferentes modalidades de prestações, nas implicações das regras gerais para o acesso à proteção social e nos desafios impostos pelas recentes reformas previdenciárias, que alteraram significativamente alguns dos pilares do sistema. As mudanças nas regras de aposentadoria, os impactos nas condições de acesso aos benefícios por incapacidade e as alterações nas regras de pensão por morte.

Conclusão

A compreensão das regras gerais das prestações do Regime Geral de Previdência Social é fundamental para garantir o acesso adequado à proteção social e para a efetivação dos direitos previdenciários. Este estudo, ao analisar os princípios, os requisitos comuns e as diretrizes fundamentais que regem a concessão e a manutenção dos benefícios do RGPS, busca contribuir para o debate acadêmico e para a disseminação do conhecimento sobre um tema de grande relevância social e econômica.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991.
BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991.
BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 maio 1999.
BRASIL. Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020. Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º jul. 2020